



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA
41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Porto Seguro, 14 e 15 de agosto de 2012

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Instituição
1- Paulo Dimas Rocha Menezes	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Acyr Negreiro Fernandes	2- Projeto Formas da Natureza
4- Deraldo G. Souza Jr.	3- Propágulos Prum Ambiente Ecologicamente Legal / Papamel
5- Almir Requião	4- Manguezal Meu Quintal – Ilha de Itaparica
6- M ^a Graças Rossi D. Bacelar	5- Associação Moradores Costa Dourada
7- Célio R. C. Costa	
8- Lausanne Soraya Almeida	6- Fibria
9- Juliano Dias	
10- Beto Mesquita	7- Conservação Internacional
11- Ricardo Montagna	8- Associação Cultural Arte e Ecologia / ASCAE
12- Miranda Cunha	
13- Sueli Abad	
14- Jorge Marques Pinto	
15- Marcio Caliari	9- Suzano
16- Marcio Couto	
17- Adna Avancini	
18- Klaus Lindner	
19- Lucélia Berbert	10- Ibio
20- Jeanicolau Lacerda	
21- Rodrigo Borges	
22- Waldir Graciano Paixão	11- Associação Moradores Oliveira Costa
23- Romildo Afonso da Silva	12- Associação Beneficente de Nova Caraíva / ASCBENC
24- José Dílson da Silva Dias	13- Coopplantar
25- Celene Brito	14- Grin 9
26- Joice Nascimento Marinho	15- Associação de Mulheres Artesãs de Ponto Central
27- Taline Santos Vieira	
28- Silvaneide Porto	
29- Renato Carneiro	16- Veracel
30- Virgínia Camargos	
31- Humberto Amoedo	
32- Sérgio Andrade	17- Instituto Cidade
33- Luiz Antonio Ramalho	18- Secretaria Meio Ambiente de Porto Seguro
34- Carlos Valle	
35- José Roberto de Jesus	19- Cooperativa Artesanato Pataxó Coroa Vermelha
36- Edileuza Maria de Jesus	
37- Raimundo Cardoso	20- Resex Corumbau
38- Jeferson Morgado	21- Movimento de Defesa de Porto Seguro
39- Eliane Nascimento	
40- Antonio Tamarri	
41- José Francisco Júnior	22- Natureza Bela
42- Erik Tedesco	
43- Ilze Lanza	
44- Albert F. Sartório	23- ASPEX - Associação de Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia
45- Paulo Koji Eizuka	
46- Chris Holvercem	24- LEEC/Unicamp
47- Giovana B. Bruns	25- The Nature Conservancy - TNC
48- Antônio Ormundo	25- ACTTM



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA
RESUMO EXECUTIVO

Pauta: temas debatidos / síntese das deliberações

1. Compra de madeira plantada na APA Caraíva Trancoso pela Suzano

- 1.1. A Suzano não fará aquisição da madeira plantada na APA Caraíva Trancoso
- 1.2. A plenária do Fórum decidirá, na próxima reunião, se as condicionantes da Veracel na Costa do Descobrimento, bem como as determinadas pelo Conselho Gestor da APA Caraíva Trancoso, serão transformadas em acordos do Fórum Florestal.

2. Diversificação da economia florestal

- 2.1. O Fórum Florestal realizará seminário / oficina sobre fortalecimento e diversificação da economia florestal, a ser realizada, se possível, ainda neste ano.
- 2.2. A proposta inicial do evento será elaborada por comissão específica e consolidada no GT de Integração. A proposta deverá contar, ainda, com contribuições do Conselho do Mosaico e Subcomitê da RBMA do Extremo Sul baiano.

3. Relato do GT Integração: economia florestal e sustentabilidade regional

- 3.1. O Fórum apresentará proposta ao Diálogo Florestal para participação deste nas negociações do programa BNDES Mata Atlântica 2, em apoio às propostas das empresas e organizações do Fórum Florestal.
- 3.2. O Fórum apoiará a realização, no Extremo Sul da Bahia, de um projeto de carbono florestal regional — que inclua restauração florestal, REDD, florestas produtivas e agricultura de baixo carbono — que poderá vir a ser também o piloto do Projeto Brasil Florestas Sustentáveis, construído no âmbito da BRACELPA.

4. Monitoramento Independente da Cobertura Florestal

- 4.1. O trabalho será disponibilizado na plataforma GeoAtlântica (<http://goo.gl/hHs0y>), no site do LEEC (www.rc.unesp.br/ib/ecologia/leec/projetos/dinamica_sul_bahia/) e em qualquer outro sítio eletrônico público que demonstre interesse em abrigá-lo.
- 4.2. As empresas Fibria e Suzano informarão, na próxima reunião do GT, quais as imagens de satélite possuem, bem como as que estão sendo ou serão adquiridas em futuro próximo, para avaliar extensão e cobertura das mesmas sobre os municípios e bacias hidrográficas da região de influência destas empresas.

5. Ecologia da Paisagem: monitoramento na área de influência da Suzano

- 5.1. Não houve deliberações sobre este tema.

6. Informes e outros assuntos

- 6.1. O Instituto Hórus será convidado para apresentação da proposta de manejo de espécies invasoras na reunião que voltará a tratar deste assunto no GT
- 6.2. A Veracel tentará negociar, junto à prefeitura de Porto Seguro, a criação de um ponto de venda do artesanato de piaçava produzido em Ponto Central.
- 6.3. A Veracel promoverá o contato da Associação de Artesanato Pataxó de Coroa Vermelha com a Associação de Barrolândia, para apoio desta à produção de curso de corte e costura.

14 de agosto - Manhã

1. Compra de madeira na APA Caraíva Trancoso pela Suzano

O representante da Suzano iniciou sua explanação (apresentação em anexo) fazendo um breve relato do assunto, recordando que o mesmo havia sido debatido nas duas reuniões anteriores do colegiado. Informou que a empresa tomou conhecimento do fato dois dias antes da reunião de abril e que durante a mesma foi exposto que a empresa não compraria mais a madeira, porque não pode comprar de fonte que não seja legal, pois a madeira tem cadeia de custódia e passa pelo crivo das certificadoras. Relembrou que em junho, na reunião de Mucuri, o assunto voltou à discussão por conta dos questionamentos feitos por integrantes do FF e que na ocasião ele falou que a empresa não havia se debruçado sobre o assunto e que o primeiro comunicado a respeito seria feito para o Fórum Florestal. Informou ainda que em maio junto com mais três técnicos da empresa realizou uma visita à área, na companhia do representante da Coopplantar. Ressaltou que a posição da empresa no momento é discutir a compra da madeira com o Fórum Florestal. Apresentou, através de slides, o histórico da compra de madeira da Fazenda Bela Vista, desde o contrato para aquisição da madeira, em dezembro de 2011 até a comunicação ao Fórum Florestal sobre a opção de compra, em julho, passando pela denúncia no grupo de mensagens do FF em abril. Enumerou os documentos que foram analisados para determinar a compra da madeira, entre eles, portaria do CEPRAM que reconhece a competência do município de Porto Seguro para licenciar; licença ambiental simplificada emitida pela Secretaria de Meio Ambiente de Porto Seguro, além de uma anuência da APA Caraíva Trancoso, recente, sem a restrição da venda da madeira para celulose e sem citar proibição de transporte por caminhões. Relatou que na análise de conversão, feita com imagens de 1994 foi notada a conversão de uma área de 3,86 hectares que não seriam objeto de compra pela empresa. Sobre a denúncia de intervenção em APP, informou que a estrada foi corrigida para evitar processos corrosivos e que, caso compre a madeira, a Suzano incluirá uma cláusula sobre a melhoria da estrada, se porventura o proprietário do plantio não fizer. Lembrou ainda que a área não se encontra em zona de amortecimento de unidade de conservação e que tem certidão negativa do IBAMA. Quanto ao IPHAN, argumentou que não obtiveram nenhum documento do órgão, mas que foram observados alguns parâmetros para perceber a relação do IPHAN com a área em questão e que, nesta análise, não foi verificado nada que pudesse comprometer a compra. Notou que diante da análise destes documentos a Suzano se posicionou perante o Fórum Florestal pela compra da madeira, mas que no momento a posição da empresa é discutir o assunto com os membros do colegiado para tomar a decisão final sobre o assunto.

A seguir, o representante do Natureza Bela fez sua explanação sobre o tema (apresentação em anexo), abordando os aspectos pelos quais ele acreditava que a Suzano não deveria adquirir a madeira em questão. Afirmou, entretanto, que sua intenção não era criminalizar ou penalizar a Suzano e que todos os dados apresentados pela empresa eram verídicos, mas questionou porque a empresa estaria comprando 98 hectares de madeira a 250 km da unidade fabril. Lembrou que o processo passou por sua mão quando era gestor da APA Caraíva Trancoso, função que ocupou por 5 anos. A partir daí fez o histórico do assunto desde que chegou ao âmbito do Fórum Florestal, através de mensagem enviada ao grupo pelos representantes de Caraíva, em abril. Relatou que o assunto foi parar na APA Caraíva Trancoso em outubro de 2007, quando o proprietário da Fazenda Bela Vista procurou o colegiado para regularizar o

plantio de eucalipto feito em 98,64 hectares da propriedade. Após constatar que o proprietário não havia colhido as licenças prévias para implantação do plantio, o gestor da APA Caraíva Trancoso emitiu o Parecer Técnico 70/2008 para a Fazenda Bela Vista I - tendo como razão social o nome Central Brasil de Combustíveis Ltda -, pois os membros do Conselho Gestor da APA entenderam que, apesar de a forma como se implantou o empreendimento ser inaceitável, era preciso encaminhar uma solução para o problema. Pelo parecer técnico o empreendimento teria que atender 10 condicionantes, entre estas, a proibição da comercialização da madeira para fins de celulose e o transporte do eucalipto por caminhões com mais de 3 eixos. O representante da Natureza Bela prosseguiu sua exposição, informando que em abril de 2012 foi convocada uma reunião do conselho gestor da APA Caraíva Trancoso para discutir a anuência concedida a plantação de eucalipto do Sr. Lucio Pinto. Na reunião, realizada dia 02 de maio, compareceram apenas 6 das 26 entidades que compõem o conselho e de acordo com o Regimento Interno as reuniões com poder decisório só podem acontecer se estiverem presentes, no mínimo, um terço dos membros (8 representantes), ressaltando que o número de presentes não era suficiente para discutir e muito menos para deliberar sobre qualquer ponto de pauta. Disse que o atual gestor da APA incorreu em outro erro ao não ter abordado na reunião o processo referente ao plantio de eucalipto da Central Brasil de Combustível e que, por seu lado, o proprietário também incorreu em irregularidade ao não formalizar a solicitação de alteração do parecer técnico junto ao INEMA. A despeito disso o atual gestor emitiu o ofício 05/2012, alterando as condicionantes do Parecer Técnico 70/2008 que tratavam da proibição da comercialização da madeira para celulose e o transporte da madeira por caminhões com mais de 3 eixos, mas, após tomar conhecimento destes fatos, a Diretoria da Unidades de Conservação – DIRUC/INEMA exarou o ofício 0138/2012 **(arquivo em anexo)** tornando sem efeito o ofício do gestor da APA pelo fato do proprietário da área não ter aberto processo junto ao INEMA solicitando alteração das condicionantes e, portanto, não ter sido emitida Nota Técnica sobre a questão. O representante da Natureza Bela argumentou ainda que a licença municipal, fornecida este ano, também é irregular, tendo sido emitida para a empresa Teixeira Indústria de Madeiras - e não para a Central Brasil de Combustível – tendo como finalidade o plantio de 112 hectares de eucalipto e não o corte.

O representante da secretaria de Meio Ambiente de Porto Seguro lembrou que frequentou as reuniões da APA Caraíva Trancoso, como então técnico da SMA, quando o assunto estava em discussão. Afirmou que a licença citada pelo representante da Suzano foi concedida pelo secretário interino no período em que estava viajando. Informou ainda que o processo tem diversos erros e que foi remetido para análise do procurador do município.

O representante da ASCBENC relatou que na época em que o proprietário entrou com o pedido de licenciamento do plantio na APA acompanhou todo o processo que culminou com o parecer técnico e as condicionantes. Responsabilizou a Secretaria de Meio Ambiente de Porto Seguro pela proporção que o assunto tomou, pois não houve fiscalização do órgão na época do corte do eucalipto. Por conta disso, pessoas da comunidade tiveram que se expor quando a máquina fez intervenções na estrada, não atendendo ao que estava nas condicionantes. Comentou que, ao fazer denúncia, a comunidade se voltou contra eles, porque, na visão da maioria, estava ocorrendo melhoria na estrada, que normalmente é ruim, demandando que se façam “vaquinhas” para comprar óleo combustível para consertar a mesma. Contou que foi feita uma reunião com a comunidade para mostrar o parecer técnico da APA, pois a maioria não tinha conhecimento. Afirmou que gostaria que o proprietário cortasse o eucalipto e não plantasse mais, para não abrir precedente para outros proprietários que têm plantio de eucalipto em Caraíva.



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

O representante da Secretaria de Meio Ambiente de Porto Seguro, por sua vez, atalhou que não estava ali para se defender sobre as falhas da prefeitura, mas que no licenciamento ambiental de 2008 foram colocadas todas as condicionantes. Argumentou que o órgão não se omitiu, enviando fiscais para o local e depois participando da reunião da APA. Citou ter equipe de 10 fiscais para cobrir todo o município, quando 30 não dariam conta e que as dificuldades são maiores que as necessidades.

Em seguida, o representante da Suzano disse que a empresa foi para a reunião com o espírito de ouvir, compreender melhor a questão e caso os debates do Fórum Florestal demonstrassem que a compra feriria algum princípio ético, empresa não iria comprar. Por este motivo, em virtude dos argumentos expostos pelo representante da Natureza Bela, considerou que a compra desta madeira não é legal e, por isto, a empresa mais a compraria.

A representante da Natureza Bela na APA Caraíva Trancoso relatou que seu Conselho Gestor está esvaziado em consequência de fatos como os mencionados, não tendo mais a participação de técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras e IPHAN. Afirmou que na reunião em Caraíva dois representantes do proprietário da Fazenda Bela Vista, que não são membros do Conselho, chegaram “como quem não quer nada” e comandaram a reunião. Sobre o parecer técnico, afirmou que na reunião ficou decidido uma consulta ao Natureza Bela, caso esta entidade quisesse monitorar o processo, porém, na ata da reunião foi registrada outra coisa, como se os participantes do Natureza Bela tivessem concordado com a modificação do mesmo. Informou ainda que na reunião seguinte da APA não houve leitura da ata anterior, pois o gestor alegou que a esqueceu. Ressaltou que a ata não foi a transcrição da realidade e que o gestor da APA usou uma ata falsa para dar um parecer falso. Enfatizou que há um ano não se coloca nada em votação nas reuniões da APA e que, nesta reunião, se sentiu manipulada, aproveitando para desabafar sobre seu descontentamento com a condução dos trabalhos da APA Caraíva Trancoso. E sugeriu aos representantes das empresas que façam verificação rigorosa da documentação da madeira que forem adquirir, para não ocorrerem falhas como as observadas no debate em questão. Lembrou que a plantação de eucalipto continua a existir nas proximidades de Caraíva e pediu sugestões para resolução deste problema. Enfatizou que a palavra socioambiental deve ser usada no seu sentido amplo, pois a luta do homem é para que o ambiente continue lhe dando a condição para continuar vivendo no planeta Terra.

O representante da ACTTM, por sua vez, expôs que participava nos primórdios do Fórum Florestal, mas que o mesmo se tornou corporativo, porque as deliberações não eram internalizadas pelas empresas e não tinha fiscalização. Falou que existiam várias dificuldades para a fiscalização do cumprimento dos acordos e que o próprio secretário do FF fez o monitoramento do cumprimento do acordo de fomento. Argumentou que sempre prevaleceram no FF a opinião das “ONGs amigas”, enquanto as outras eram consideradas baderneiras ou delinqüentes, e que o FF se transformou numa feira de negócios. Considerou que nem o Fórum Florestal nem as empresas deveriam fazer o papel do estado. E que no caso das barças da NORSUL ninguém bate o martelo, com a Marinha e o Judiciário esperando o parecer das empresas. Citou que o marketing verde é um malefício e que as comunidades que participam do FF só estão convalidando o que as empresas querem.

O representante do Movimento de Defesa de Porto Seguro comentou que tudo pode mudar de um dia para outro, menos o meio ambiente, que pode demorar um século para sofrer modificação. E observou que os ambientalistas têm que se tornar radicais na defesa do meio



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

ambiente e das leis, que, embora capengas, existem. Disse que o que crescer antiético deve ser cortado.

Já o representante da Conservação Internacional avaliou que ao se prestar atenção ao episódio envolvendo a Suzano, observa-se um processo de maturação do FF. Ressaltou que diante da posição da empresa em recuar e não comprar a madeira tem percepção diferente que a do representante do Eco Trilha Bahia sobre o FF, por se tratar de um espaço aberto a todas as pessoas, que podem participar, ver como está funcionando e contribuir com suas críticas, observando que as críticas contundentes feitas durante a reunião foram possíveis por ser este um espaço aberto. Afirmou ser otimista e muito crítico, que após 7 anos gostaria que o FF tivesse feito muito mais, que as decisões fossem tomadas muito mais rapidamente e internalizadas mais rápido. Porém, isto não significa que o espaço não funcione, não sendo nem o perfeito, nem o maravilhoso, mas que não se poderia dar um tiro no pé, começando a desmoralizar o colegiado. Enumerou 3 momentos que considera emblemáticas do avanço do FF. O primeiro deles quando se decidiu avaliar o cumprimento das condicionantes do acordo do fomento e se detectou que houve pouco avanço no cumprimento das diretrizes acordadas. O segundo quando saiu do FF a decisão de realizar o Monitoramento da Cobertura Florestal, lançando um edital aberto a toda comunidade, utilizando metodologia adequada e com acompanhamento de várias instâncias, que puderam opinar sobre quem contratava e a metodologia. E, o terceiro, a decisão da Suzano de voltar atrás e não adquirir a madeira da Fazenda Bela Vista. Mencionou que, como diz um ditado antigo, é preciso tomar cuidado para não jogar fora a criança junto com a água do banho, observando que nem as empresas são boazinhas e nem todas as ONGs são éticas, mas que, num momento em que outras instâncias não estão conseguindo ganhar espaços participativos, o FF é um espaço dialógico que funciona e cumpre papel muito melhor do que muitas empresas, organizações e colegiados poderiam fazer. Para finalizar, advertiu que é um risco jogar no lixo 7 anos de construção de diálogo com decisões e acordos que foram plantados e afirmou que concordância nem sempre significa subserviência, pois pode ser sinal de maturidade.

O outro representante do Movimento de Defesa de Porto Seguro parabenizou o representante da Suzano pela decisão, argumentando que representa uma nova forma de se fazer economia, com sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, com compromisso e ética. Argumentou que é importante que as empresas respeitem os acordos que foram feitos, assim como novos acordos e novas formas de se fazer. Falou ainda que a solução sobre o destino da madeira passa por outros caminhos que não apenas o FF.

O representante do Papamel parabenizou Suzano e FF pela deliberação e se declarou feliz por sua organização estar presente neste momento histórico do FF.

O representante da Suzano retomou a palavra e observou que a empresa tem 100% de sua base florestal de fomento com certificação FSC e que entre os 10 mandamentos da empresa estão o resgate das questões ambientais e sociais e a defesa dos valores difusos da sociedade. Frisou que o FF é um espaço democrático de diálogo e patrimônio importante da sociedade, que deve existir à revelia dos que tem visão de que deve se extinguir e que o mesmo está vivo e pode avançar mais.

Já o representante de Oliveira Costa argumentou que o FF foi o espaço que sua comunidade encontrou para dialogar, conhecer pessoas e que o mesmo facilitou o diálogo com as empresas. Sobre o problema em Nova Caraíva, informou que por estar distante desconhecia



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

os detalhes e conversou com os representantes de Caraíva para se situar. Considerou sábia a posição da Suzano, dizendo que empresa ficaria em maus lençóis caso tomasse uma decisão errada, o que não gostaria que tivesse acontecido.

Para o representante do Instituto Cidade a deliberação é importante num momento em que o FF está pensando na sustentabilidade da economia de base florestal da região. Observou que a decisão dá mais confiança aos membros do FF de que vale à pena investir neste trabalho de grande envergadura. Avaliou o FF como um espaço nobre, caro e raro, que saia fortalecido do episódio.

A representante de Costa Dourada afirmou que, depois que começou a participar do FF, passou a enxergar as coisas de forma diferente, pois sabe que as decisões não vêm de cima pra baixo, que pode opinar e levar o que está acontecendo para a comunidade. Que a liberdade que existe no FF é uma forma real da evolução democrática no Brasil, que demorou muitos anos e demandou duras batalhas.

O representante da Ascae avaliou que a luta é conjunta, envolvendo ambientalistas e empresas e que as entidades que gritam muito não são necessariamente melhores, e que as que falam pouco não são sempre as piores.

Já o representante do Ibio afirmou que o FF é um exemplo incrível de como construir relação saudável e de produção de sustentabilidade, com interesses conflitantes discutidos de forma acalorada. Ressaltou que ficou muito bem impressionado com o nível do debate sobre o assunto e parabenizou os membros do colegiado.

O secretário executivo observou que o desfecho do assunto reflete o sinal de amadurecimento do FF. Sobre as críticas de que o FF está sendo usado como motivo de passeio turístico pelas organizações, ressaltou que foram duas organizações que frequentam o FF que denunciaram e expuseram o assunto e que é injusto dizer que pessoas que tiram tempo do seu trabalho remunerado e de suas famílias, atuando pelo interesse público, estejam interessadas apenas em fazer turismo ou negócios. Lembrou que o espaço nunca foi âmbito de debate sobre legislação e que a proposta é fazer acordos políticos para além da lei, pois para cumprir a lei não se faz necessário qualquer diálogo, basta a existência do sistema judiciário. Enfatizou ainda que uma das prioridades do FF era o fortalecimento dos sistemas participativos de deliberação regional, dando força para o que estado da Bahia está enfraquecendo, como no caso do Conselho Gestor da APA e as condicionantes de empreendimentos deliberadas pelo CEPRAM. Para ele, o debate e a decisão significam mais que o mero resultado alcançado — a Suzano não adquirir a madeira. Por isto acatava o questionamento do representante do Natureza Bela como algo maior e o direcionava para uma proposta de posicionamento político claro e mais amplo: que o Fórum Florestal assumisse como suas as resoluções do CEPRAM do licenciamento da Veracel e da APA Caraíva Trancoso para todos os plantios de eucalipto, nos municípios cuja paisagem litorânea é tombada como patrimônio nacional pelo IPHAN. Desta forma o FF demonstraria simbolicamente seu alinhamento e solidariedade com dois dos colegiados participativos recentemente enfraquecidos pelas deliberações do governo estadual da Bahia.

O representante da Natureza Bela considerou que o FF avançaria muito ao assumir como sua a proposta da resolução CEPRAM, que passaria assim a ser também observada pelas as outras



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

empresas florestais, além da Veracel. Fez um parêntese para dizer que não está satisfeito com a condução do Fórum Florestal, que não está construindo novas políticas públicas.

O representante da ACTTM lembrou que a resolução CEPRAM surgiu antes da fábrica da Veracel, por conta dos erros cometidos no Espírito Santo pela Aracruz. Emendou que as organizações do FF estão sendo legalistas e empresas não estão sendo audaciosas se se propuserem a apenas seguir as leis, como no caso do afastamento de 300 metros dos plantios das comunidades e da resolução CEPRAM de afastamento da costa.

Tarde

O secretário executivo iniciou a reunião consultando a plenária a respeito de eventuais modificações na pauta, que, depois de acrescentadas as mudanças, foi aprovada pela plenária e realizada como se segue.

2. Diversificação da economia florestal

O secretário executivo introduziu o tema **(apresentação em anexo)** lembrando as demandas históricas do FF sobre este tema, entre as quais a substituição das atividades predatórias, o uso múltiplo da madeira, os plantios comerciais de espécies nativas e a desconcentração da economia florestal. Lembrou ainda os projetos pontuais para atender estas demandas: Artesão Legal, Formas da Natureza, artesanato em piaçava (Ponto Central) e plantios experimentais com espécies nativas. Ressaltou que o tema se relaciona também com a segurança econômico-social da região, uma vez que, se a celulose sofrer uma queda abrupta, leva consigo toda a economia regional. Relembrou a experiência do programa de Fomento Florestal da Klabin, implantado na região de Telêmaco Borba, no Paraná, envolvendo 18.400 proprietários rurais, que inclui intermediação de financiamentos (PROFLORA E PRONAF Florestal) e adequação de propriedades rurais através do Programa Matas Legais, em parceria com a APREMAVI. Falou do interesse público que significaria um projeto de diversificação e sustentabilidade da economia florestal regional, que poderia também se casar com o programa Brasil Florestas Sustentáveis, da BRACELPA.

No debate, o representante da ACTTM lembrou que este mesmo tema é trazido a debate na região desde a chegada da Veracel, quando se sugeria o uso múltiplo do eucalipto para reduzir a pressão sobre a madeira nativa da mata atlântica e que não sabe qual a dificuldade que as empresas encontraram para se adequar a situação. Lembrou também que vários técnicos de instituições acadêmicas, como a Universidade de Viçosa e de Lavras, estiveram na região para ver a possibilidade de fazer do Extremo sul um pólo madeireiro e que técnicos da Embrapa Florestas identificaram cerca de 15 espécies nativas que poderiam ser manejadas para uso em madeiras. Afirmou que, apesar disso, não se avançou nesta questão do plantio da madeira pensando no futuro e que atualmente continua havendo saída de madeira de parques e outras áreas com relevância ambiental. Questionou qual a dificuldade para o uso múltiplo da madeira de eucalipto e do plantio das nativas.

Considerando a argumentação oportuna, o representante da Fibria informou que a empresa, em parceria com a ESALQ, está desenvolvendo um modelo de consórcio de madeiras nativas e exóticas, no Espírito Santo, e mais recentemente na Bahia, convidando os membros do FF para conhecer estas experiências. Afirmou que muitas destas informações somos privados de conhecer, por desconhecermos a realidade atual do sistema florestal brasileiro e que muitas

das dificuldades do setor florestal brasileiro passam pela falta de competência local, sendo, por isso, necessário desenvolver estas competências na região.

O representante da Veracel citou que o uso múltiplo é questão estratégica do setor florestal, que apresenta grande potencial para liderar a saída da era do carvão para a da biomassa, pois temos vantagens comparativas em relação a outros países do mundo. Frisou que o Extremo Sul reúne vocação florestal, mas que é preciso políticas públicas claras e ter mercado voltado para uso múltiplo, numa confluência de ações e de questões que não dependem só das empresas, lembrando que o governo precisa estabelecer linhas e políticas claras de atuação e de financiamento múltiplo.

O representante do IBIO fez apresentação sobre Mercado de Produtos Florestais (em anexo), lembrando que, apesar da vocação do país, o mercado é carente de madeira, pois não existe investimentos ou incentivos públicos. Afirmou que, atualmente, só as grandes empresas têm madeira e pontuou que, se não existe uma fábrica de MDF na região, é justamente por causa da falta de incentivo do governo, lembrando que na década de 50 as grandes empresas florestais cresceram por causa de incentivos fiscais. Explicou que uma pessoa que queira investir no setor florestal deve levar em conta que madeira precisa de longo prazo para gerar receita e que não se pode plantar a esmo, e que a melhor forma para obter maior lucratividade é diversificar os produtos. Elucidou que o m³ da madeira em pé custaria cerca de R\$ 50,00 e o caminhão de madeira vale cerca de R\$ 1.000,00. Porém, o Programa Luz para Todos paga por um poste de madeira o equivalente a R\$ 2.000,00, pois esta é mais fácil de transportar e dura mais que poste de cimento, enquanto a cruzeta vale cerca de R\$ 400,00. Desta forma, o ideal seria aproveitar o fato de a região apresentar condições ambientais apropriadas para vender para outros fins além da celulose, mas ressaltou que o produtor deve conhecer bem o mercado, saber para quem vai vender e ir cortando a floresta aos poucos, tirando madeira aos 3 anos, aos 4 anos, para lenha, celulose, cruzeta, postinho, poste, etc.

O representante da Veracel avaliou que o produtor precisa ter atividade intermediária para se manter até o corte final do eucalipto, que é uma poupança interessante, mas entre o plantio e a colheita precisa de dinheiro para escola dos filhos, alimentação etc., lembrando que é preciso desenvolver o mercado para estas outras finalidades, com o envolvimento de diversos atores, além do grande ator, que é o Estado. Sobre o envolvimento das empresas, afirmou que as mesmas precisam atender a demanda para sua produção industrial, podendo contribuir na transferência de tecnologia, mas não fazendo clones para distribuir. Reiterou que é preciso a criação de mercado para estimular o produtor a plantar independente do contrato com a empresa, o que, no entanto, não é coisa que se faz da noite para o dia e não diz respeito só a empresa, lembrando que, na escala atual, o produtor tem o melhor negócio da região na venda para as empresas.

Retomando a palavra, o representante do IBIO respondeu que sobre o modelo de uso de nativas não tem informações a respeito, não sabendo qual o tempo de crescimento e como se faz o manejo. Falou também de outras associações que podem ser feitas com o plantio do eucalipto e que melhoram o retorno do produtor, entre elas, o sistema de agricultura familiar; capim mombassa com gado; eucalipto com quinoa e eucalipto com pasto nativo. Finalizando, citou alguns produtos que podem ser feitos com o eucalipto processado: carvão ativado, movelaria, pallets, caixotaria e madeira tratada.



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

O representante da Veracel ressaltou que a empresa tem uma cota anual de 30 mil m³ reservada para as 20 serrarias da região (Eunápolis e Itabela) e que essa cota nunca foi alcançada, ou seja, nunca foi adquirida integralmente. Falou da necessidade de um mercado civilizado que honre seus compromissos financeiros e do Estado normatizando o setor e transformando vocação em negócios.

O representante da Conservação Internacional salientou que a solução para o desenvolvimento amplo do setor florestal do extremo sul passa pelas empresas de papel e celulose, mas não se esgota nelas. Afirmou que é preciso pensar que nem 15% do território da região é ocupado por eucalipto e que a maioria da ocupação é de pastagem de baixo valor agregado, que não gera mão de obra nem desenvolvimento. Considerou impressionante que 20 serrarias não consigam consumir 30 mil m³ de madeira de eucalipto, pontuando que é um equívoco pensar que a indústria de celulose é obrigada a plantar eucalipto para ter matéria prima, dizendo que Stora Enso que não tem um pé de eucalipto. Avaliou ainda que os proprietários rurais só optarão por plantio para outros usos da madeira de eucalipto se tiver incentivo e políticas públicas claras.

Por seu lado, a representante da Grin 9 estimou que o eucalipto com destinação para a celulose serve em parte para a construção civil, já que produção não é específica para esta finalidade, tendo muitos nódulos e ocorrendo muita rejeição. E que é um problema do manejo, da forma como a madeira é produzida.

O secretário executivo afirmou que é preciso concretizar os objetivos do Fórum Florestal e diversificar o olhar, ampliando a busca de fontes de financiamento para desenvolver trabalho com sustentabilidade territorial. Falou da necessidade de um projeto de grande visão que não fosse pautado apenas pelo capital das empresas. Observou que foi quebrada a espinha do carvão e que um projeto de diversificação da economia florestal poderia minimizar o impacto nas diversas famílias que estão hoje em situação difícil, pontuando que o debate deveria ser direcionado para um programa que busque linhas de financiamento não só para restauração florestal, referindo-se ao Projeto BNDES Mata Atlântica. Apontou os sistemas agroilvopastoris como um dos caminhos de atuação e disse esperar, em 2013, a elaboração de projetos estruturantes para sustentabilidade regional.

Já o representante da Suzano argumentou que é preciso mudar a cultura da pecuária extensiva e que muita coisa ficou parada por causa da reformulação do Código Florestal. Citou ainda o projeto Espírito Santo em Ação, com produção de móveis no extremo norte deste Estado, que poderia ser uma referência interessante para madeira produzida na Bahia.

O representante da Veracel mencionou a possibilidade de vinda do Sindicato do Pólo Moveleiro de Linhares para Extremo Sul da Bahia montar polo moveleiro, mas para isso é preciso garantir infraestrutura, incentivo fiscal, mão de obra especializada e políticas públicas, mas que nunca consegue trazer governo para uma roda de conversa em torno do assunto.

O representante da ASPEX, produtor florestal independente e pecuarista, declarou que teve uma experiência com plantio em consórcio de espécies madeiras e que terminou “quebrando a cara”. Argumentou que o produtor florestal é tratado como marginal pelo poder público estadual e municipal, tendo inclusive lei proibitiva em Porto Seguro e cancelamentos de licença ambiental em Itabela cancelou por pressão do Ministério Público. Por este motivo, declarou não se sentir confortável em fazer este tipo de cultivo e afirmou que mourão de

eucalipto tratado possui preço de mercado muito bom. Sobre o percentual de 3% da produção final ser destinada para uso múltiplo, alegou que seria necessária a utilização de clones diferenciados para atender demandas internas das propriedades ou para uso em caixotaria e pallets. Disse ainda que as empresas avançaram muito no conhecimento de clones e poderiam desenvolver clones para uso múltiplo adaptados à região.

Retomando a palavra, o representante da Veracel informou que as empresas têm área enxuta para desenvolvimento de engenharia genética para daqui a 10 anos e toda a energia e capacidade de trabalho estão focadas para próprio negócio, a celulose, mas que nada impede que possa fazer parceria com algum centro de pesquisa — ESALQ ou Cruz das Almas, por exemplo — para desenvolver clones visando atender a demanda por outros tipos de madeira. Afirmou que é uma questão importante, pois quanto mais eucalipto for valorizado melhor para o negócio florestal, que sai da condição de vilão e vai para o tripé da sustentabilidade. Notou que os projetos da BRACELPA para o BNDES vão na linha da vocação regional com uso múltiplo de madeira.

O representante de Oliveira Costa lembrou que ainda se consome muito carvão e que todo mundo ignora este fato; que Ministério Público e as forças de segurança cumpriram seu papel ao atacar a cadeia do carvão ilegal, mas o problema das famílias que trabalhavam com o carvão continua, pois o projeto social implantado pelas empresas não abrange toda comunidade e ainda não gera renda suficiente. Reforçou que o carvão é uma realidade e que existe matéria prima para este fim.

O representante da Suzano alegou que estão em andamento diversos projetos focados nestas famílias e que empresa empregou 200 pessoas até começar a gerar renda em outros projetos. A representante da Fibria completou dizendo que o Grupo de Trabalho (GT) do Picadão está levando a cabo várias propostas da comunidade e sugeriu convidar o promotor Fábio para apresentar as propostas do GT Picadão na próxima reunião do FF.

O representante da Conservação Internacional ressaltou que o carvão vegetal tem que fazer parte da economia florestal, mas que foi o roubo da madeira que criou o problema, com acobertamento de outras atividades ilegais, como trabalho escravo e infantil; enfatizou que não tem cabimento plantar madeira para ser roubada por outro setor que não é pobre, lembrando que existe tecnologia para produção de carvão com segurança e proteção à saúde das pessoas.

O próximo ponto de pauta foi a apresentação da proposta de “Estudo de Impacto do Uso da Madeira de Eucalipto e Tropical na Habitação” pela representante da Grin 9 (apresentação em anexo). Em sua explanação, que teve como área de estudo o Projeto Moradia Social desenvolvido em 2 aldeias indígenas do Extremo Sul da Bahia, abordou os objetivos gerais da pesquisa, que busca gerar dados econômicos, sociais e ambientais, visando dar suporte à articulação da cadeia produtiva de habitação com o foco na sustentabilidade. Segundo ela, a pesquisa vai analisar a cadeia, demanda crescente por eucalipto e as restrições ao uso da madeira nativa. Argumentou que a madeira proveniente dos empreendimentos florestais até recentemente era direcionada exclusivamente para a produção da matéria-prima para celulose, carvão vegetal, mourão e postes. Segundo dados da ABRAF, o crescimento da produção nacional de serrados, entre 2000 e 2011, foi de 28,0%, enquanto as exportações nacionais do produto diminuíram 39,4%, remetendo ao fato de que o mercado interno, particularmente o da construção civil, está sustentando o aumento da produção deste

segmento. Em sua apresentação, a representante da Grin 9 apontou que o aquecimento do setor da construção civil, motivado por vários fatores, resultou em um aumento da demanda por madeira e que a tendência atual é que parte das plantações de eucalipto siga o conceito de multiprodutos, ou seja, a partir de um mesmo material produzir vários produtos, otimizando os ganhos finais com colocação estratégica nos mercados; citou a Stora Enso como exemplo de empresa que está atuando no contexto do conceito de Multiprodutos, com a criação do Departamento “Construir e Viver”, que objetiva desenvolver melhor os derivados da madeira e inovações para a construção e decoração de interiores. Em seguida, fez um convite aos membros do FF para parceria no estudo, que traz a oportunidade de avaliar novas propostas para o segmento, dando suporte a possíveis reposicionamentos das empresas e seus parceiros — produtores florestais — em um mercado de incertezas. De acordo com a proposta, será possível acompanhar e contribuir com dados práticos para uma nova tendência identificada no setor florestal, além de contribuir com avaliações e propostas para uma melhor articulação entre os setores da cadeia de produção da madeira com dados mais precisos e práticos. O Projeto Moradia Social, desenvolvido no Extremo Sul com aquisição de produtos madeireiros em Porto Seguro, Itabela, Eunápolis e Itamaraju para a construção de 109 unidades habitacionais será utilizado como “laboratório”. O prazo de conclusão da pesquisa é de 6 meses.

3. Relato do GT Integração: economia florestal e sustentabilidade regional

O secretário executivo apresentou o trabalho realizado pelo GT Integração (apresentação em anexo) e iniciou o debate com duas propostas para discussão, sendo uma delas provocada pelo representante da Veracel: a de que o Diálogo Nacional seja um dos interlocutores frente ao BNDES para aceleração da implementação da segunda etapa do Programa Mata Atlântica.

O representante do Instituto Cidade propôs a realização de um seminário ou oficina para estruturar as iniciativas que surgirem no FF, através de um plano ou um projeto de diversificação da economia de base florestal da região. O representante da Conservação Internacional aproveitou para citar que o Pacto para Restauração da Mata Atlântica é um coletivo com mais de 200 instituições, se habilitando para participar de uma conversa inicial entre o BNDES e a BRACELPA, avaliando que o Diálogo Florestal seria mais uma voz importante para agregar nesta negociação. Sobre o seminário sugerido, afirmou que é preciso uma preparação prévia mais detalhada, que não deveria ficar restrita ao GT do Fórum; reforçou a necessidade de se convidar outros coletivos para somar experiências, como Conselho do Mosaico e Reserva da Biosfera, mas quem deveria puxar o fluxo e ter liderança deste processo é o FF.

Para o representante da Veracel, o grande problema é vencer inércia típica do BNDES e que quanto mais pressão puder ser feita frente ao banco, melhor. Para o representante da Suzano é preciso avançar mais para fazer oficina e ter mais resultados, para não frustrar a iniciativa, lançando a sugestão que a elaboração da oficina seja tema principal da próxima reunião do GT. O representante da Fibria argumentou que o ideal é esperar um pouco mais, pois o BNDES está aprendendo a utilizar esta linha de crédito e que a empresa está com processo em andamento na instituição, na qual vai atendendo as demandas do banco, que a seguir faz novas exigências.

O representante do IBIO afirmou que banco quer investir em restauro e na área social, mas ainda está definindo o modelo para financiamento. O secretário executivo informou que levou às 3 empresas a proposta de carbono regional, parte integrante da proposta mais ampla de economia florestal sustentável para a região, e que já teve uma conversa preliminar com a



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Bracelpa e agendará outra conferência após a reunião do FF. Mencionou que existem muitas iniciativas paralelas que podem convergir para uma proposta consistente, validada por todas as instâncias, tendo o FF como catalisador do processo.

Para o representante da Veracel , a proposta tem chance de emplacar se tiver chancela da Bracelpa e envolver também Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, Diálogo Florestal Nacional e aval do banco, gerando um projeto para uma economia florestal mais ampla, em que o restauro florestal pode ser o carro-chefe, mas que é preciso ter sinalização mais clara do BNDES e por isso vale a pena aguardar um pouco mais.

O secretário executivo observou que o Finep tem recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento, com a possibilidade de colocar mestres e doutores nas empresas para atuar na inovação em desenvolvimento regional. Como propostas de encaminhamento, o secretário colocou para a plenária duas ações que foram abordadas: uma ação política com o Diálogo Nacional e a realização de uma oficina para elaboração de um projeto ou plano. Houve questionamento sobre a oficina como estratégia para se chegar no BNDES e outros financiadores, bem como a pertinência de realiza-la ainda este ano.

Na avaliação do representante da Conservação Internacional, a oficina deve ser realizada ainda este semestre e que, se por acaso, mais de uma destas propostas forem apresentadas antes das oficinas não quer dizer que não possam ser apresentadas de novo na oficina. Afirmou que a oficina deve focar na economia florestal paralela à celulose na região, colocando em questão o tamanho, restrições políticas, ambientais, logísticas e tecnológicas, reforçando sua opinião sobre a necessidade de convidar outros atores para participar da oficina.

O representante da Veracel reforçou que, em breve, provavelmente até final de setembro, seja definido o marco conceitual da Linha 2 do Projeto Mata Atlântica e que, após isso, a empresa apresentaria seus próprios projetos, sob a chancela de um “guarda-chuva conceitual”. O representante da Conservação Internacional confirmou que setembro é o prazo para o Departamento de Meio ambiente do BNDES apresentar o desenho internamente no Banco e que, se não houver proposta modelo que faça sentido, vai ser mais rápido para banco tomar decisão, com chamada pública sem prazo. Ressaltou que é bem mais rápido em termos de cronograma construir propostas para banco e isso influenciar posição do banco do que banco ter o que mostrar.

O representante do IBIO afirmou que é difícil conseguir algo dos técnicos do banco e que não é fácil conseguir informações sobre mercado. Endossou a proposta de se fazer seminário e convidar os técnicos do banco para participarem. Finalizando o debate, o secretário executivo frisou que é necessário um arranjo institucional político e de competências e que o foco é o Extremo Sul ser piloto do Projeto de Carbono com florestas produtivas e restauradas. A questão do carbono seria levada pela Bracelpa e a da restauração florestal pela Bracelpa, Pacto e Diálogo Nacional.

4. Monitoramento Independente da Cobertura Florestal

A representante do LEEC conduziu a apresentação do estudo (em anexo), informando que o início se deu em 2009 quando membros do Fórum Florestal chamaram a atenção para a falta de informações detalhadas sobre a evolução temporal da cobertura florestal das bacias setentrionais do Extremo Sul da Bahia, o que dificultava o entendimento quantitativo sobre os

processos de dinâmica florestal na região e era um obstáculo para o planejamento de ações de conservação da biodiversidade. A partir daí, a ideia de um projeto foi levada para o Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Conselho do Mosaico de Unidades de Conservação do Extremo Sul da Bahia, que se manifestaram favoráveis sobre a importância deste tipo de estudo.

Em 2010 a Veracel Celulose lançou um edital público para a seleção de organizações que pudessem desenvolver o projeto e em fevereiro de 2011 teve início a execução do projeto, finalizada em março de 2012, tendo como objetivo o mapeamento da cobertura e uso do solo em alta resolução em 2.300.000 hectares. Outro objetivo do trabalho foi a capacitação de técnicos e agentes locais nos conceitos da teoria da ecologia da paisagem, geoprocessamento com ênfase em mapeamento de alta resolução e análise e estrutura da paisagem. E que o produto final será público e disponível para as pessoas através da Plataforma Geoatlântica (<http://goo.gl/hHs0y>). O representante da CI fez uma interrupção para pontuar que apesar de o trabalho estar sendo disponibilizado para o público geral, existem alguns detalhes que dificultam o acesso ao cidadão comum, entre eles, a necessidade de ter o programa em que o estudo roda e saber decodificar o programa, ao que o representante da Veracel ponderou que o CD tem um manual de instruções.

A representante da LEEC informou que a organização para execução do projeto ficou a cargo do IBIO-Porto Seguro, LEEC/UNESP, ECONANFI, LEPaC/USP e monitoramento da comissão permanente de acompanhamento composta pelo Subcomitê da Biosfera da Mata Atlântica do Extremo Sul, Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e Mosaico de Unidades de Conservação do Sul e Extremo Sul da Bahia. Foram analisadas e comparadas imagens em alta resolução dos anos 2006-2007 e 1995-1997 e em baixa resolução de 2001-2002 e 1990. Pelo método usado foram distribuídos 3.700 pontos ao longo da área de estudo e para cada ponto foram consideradas coordenadas GPS, fotos do local, caracterização da classe de cobertura florestal e uso do solo. Os dados coletados forneceram os critérios básicos usados para determinar a classe de cobertura e uso do solo nas imagens em laboratório. Os resultados finais são: Mapas de Cobertura e Uso do solo em alta resolução (2006-2007 e 1995-1997); Mapas de Cobertura e Uso do solo em baixa resolução (1990, 2001-2002); quantificação das mudanças entre pares de épocas, para toda a região e para cada município; Estimativa da mudança na cobertura florestal devido ao desmatamento e também à regeneração/restauração florestal. Analisando os resultados finais, a representante do consórcio afirmou que houve uma redução nas pastagens e também na vegetação florestal.

O representante da Veracel mencionou a diminuição também da restinga, que é mais penalizada pela ocupação do território e pela expansão imobiliária e afirmou que o estudo permite uma série de outras avaliações e comparações por parte do estado, iniciativa privada e colegiados que atuam na região, no que se configura como uma grande contribuição ao conjunto de pessoas que tem interesse na gestão do território.

O representante da Suzano considerou interessante os números relativos aos campos d'água, que se mantiveram no mesmo patamar e afirmou que vale à pena olhar este dado com mais detalhamento. Argumentando que todo mapa tem falhas, a representante da LEEC avaliou que é a primeira vez em 10 anos que é realizado um trabalho de mapeamento, com dados em formato shapefile disponibilizados imediatamente, e que o CD não é meramente propaganda do trabalho e pode ser utilizado mesmo por pessoas que não tem conhecimento, através do manual de utilização. Informou que será feita revisão do material ao longo dos próximos 6

meses e depois será relançado com atualizações, e que pode servir de linha de base para trabalhos futuros, o que só faria sentido com a repetição da metodologia ao longo do tempo.

5. Ecologia da paisagem: monitoramento na área de influência da Suzano

A representante da TNC iniciou a apresentação observando que a metodologia desenvolvida pela organização, conhecida como PCA - Planejamento de Conservação de Área, visa identificar alvos de conservação presentes em áreas naturais, que podem ser espécies ou habitats, por exemplo, além de ampliar a conectividade. Esses alvos são avaliados quanto à sua viabilidade ("saúde" ecológica) e são determinadas as ameaças a que estão sujeitos na região como, por exemplo, caça, roubo de madeira, incêndios e outros. Fez-se um estudo nas áreas naturais da Suzano, levando em conta integridade dos fragmentos, com medição dos fragmentos entre 20 e 30 hectares, tendo sido observado que 30% dos fragmentos de cada região tem integridade muito alta. As ameaças sobre os alvos detectadas foram os remanescentes queimados; invasão de braquiárias, invasão pelo gado, degradação de APPS e impacto de estradas. Como ações de manejo ambiental foram sugeridos: controle de acesso às propriedades, melhoria da conectividade, monitoramento de remanescentes, melhoria da vigilância (só cerca não resolve), controle de espécies invasoras, exclusão do gado, manejo de APPs, monitoramento dos alvos de conservação, controle de queimadas e erosão.

Sobre o último item, o representante da Suzano afirmou que a ida da TNC às áreas se deu em um momento crítico, em virtude da quantidade de incêndios. A representante da TNC mencionou que quanto aos incêndios a empresa precisa fazer investimento na área socioambiental e trabalhar na questão do carvão ilegal, citando que o mangue, por exemplo, dentro do bioma Mata Atlântica nesta região, assim como as mussunungas, que são formações endêmicas, estão seriamente ameaçados de desaparecimento. Voltando ao tema da apresentação, ressaltou que as áreas de alto valor de conservação devem possuir belezas cênicas, aspectos singulares na região, como rios, cachoeiras, etc.

Iniciado o debate, o representante de Oliveira Costa falou que no município de Prado é comum pessoas levarem gado para roça e dar metade para outro criar para elas no meio do eucalipto. O representante da Suzano afirmou que a empresa foi bem sucedida em Minas Gerais, onde houve ação do órgão competente, mas que na Bahia a empresa segue na base da persistência, repondo cercas que os fazendeiros tiram, em uma luta cara e incessante. Por sua vez, o representante da Fibria informou que em Minas Gerais a ação foi motivada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, preocupado com a qualidade do gado e com a aftosa, pois nossa carne não tem credibilidade no exterior por falta de fiscalização. A representante de Costa Dourada sugeriu que as empresas verifiquem a procedência da carne das empresas que fornecem refeições para os funcionários terceirizados. Segundo ela, esta carne pode estar vindo de abatedouros ilegais e de gado criado irregularmente em áreas de plantação de eucalipto das próprias empresas.

Voltando ao tema da ecologia da paisagem, o representante da Fibria acredita que um dos principais trabalhos é montar uma força tarefa para padronizar entendimento sobre as áreas de alto valor de conservação, diante dos diferentes certificadores. Exemplificou que a Fibria possui 3 unidades, 2 certificações e uma em processo, e que dentro da própria Fibria o padrão é diferente. Lembrou que a padronização é realmente importante, inclusive para diversas discussões que chegam no FF.

**FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA**

Já o representante da CI questionou a possibilidade das empresas Fibria e Suzano repetirem para o restante do Extremo Sul da Bahia o estudo de monitoramento da cobertura florestal. O representante da Fibria afirmou que o assunto não pode sair do radar, mas que a prioridade da empresa é a atualização da base de 20.000 hectares para restaurar e que passa no momento por escassez de recursos. O representante da Suzano também falou que entende a importância do estudo, mas que a empresa não passa por um momento financeiro bom e que, por outro lado, tem dificuldade de imagens. O secretário executivo lembrou que a pergunta foi feita a dois encontros atrás do FF e questionou quais as imagens as empresas têm no arquivo e que poderiam servir de base para estudo.

A representante da TNC avaliou que a região do Extremo Sul é privilegiada por contemplar os Mosaicos Florestais Sustentáveis, com o estudo das áreas da Suzano pelo TNC e do monitoramento da cobertura florestal, financiado pela Veracel, que possibilitou um zoom maior e ainda uma proposta da TNC de corredores da Veracel até a Fibria. . Afirma que não tira importância do embasamento teórico, mas não acha que é condição *sine qua non* para fazer ações. A opinião dela foi endossada pelo representante da Fibria que citou que tudo o que já é público serve como opção para ações no território e que é preciso se saber qual o objetivo para determinar o nível de detalhamento necessário, salientando que o objetivo da empresa é mais executar do que analisar.

O representante do Manguezal Meu Quintal argumentou que ao longo do tempo as áreas de manguezal podem se tornar um problema por causa da antropização, e que num futuro próximo é preciso um trabalho de orientação ou educação ambiental nesta área, para que as pessoas no seu entorno tenham mais cuidado com seu quintal. Aludiu a ação dos agrotóxicos como um problema para a biodiversidade, já que os resíduos usados nas plantações vão parar nos manguezais, que é o berçário da vida marinha, e questionou como fazer um trabalho na área a partir do monitoramento da cobertura florestal.

A representante do LEEC disse que vão surgir diversas linhas de pesquisa e orientação a partir dos dados do monitoramento. Para o representante do Instituto Cidade, a principal contribuição do estudo é justamente colocar à disposição uma base de dados, com as informações se tornando públicas e podendo ser otimizadas para diversos projetos que podem ser desenvolvidos na região.

O secretário executivo lembrou que, no caso da Veracel, a empresa quis ter série uma histórica de uso do solo para o tornar público à sociedade, que a culpava pelo desmatamento do Extremo Sul. Em virtude de uma demanda do Fórum Florestal, resolveu ir um pouco além e fazer a série histórica a partir de 1990, para que servisse como base para outros trabalhos de interesse das organizações do FF, como o caso de projetos de carbono florestal.

O representante da CI reforçou o aspecto de independência do monitoramento, com a participação de grupos decisivos e deliberantes, que é um dos aspectos de transparência, sendo isso importante para a empresa quando faz seus próprios anúncios, pois ajuda a evitar o comentário de que contratou consultoria para “maquiar” resultados. Avaliou como positiva a divulgação das informações, pois muitos estudos são feitos, mas as informações não são disponíveis, e que, entre os muitos usos para os dados coletados, um deles poderia ser um Atlas do Extremo Sul, para ser usado nas escolas. Argumentou que a continuação do monitoramento não é coisa à parte, que para o Projeto de Carbono florestal da BRACELPA tem que ser feito, pois é um dos investimentos daquele projeto, e que o TAC entre o Ministério

Público, Fibria e Suzano também envolve disponibilização das imagens. Disse que todos estes assuntos não estão descolados, que seria possível, pelo projeto do BNDES, por exemplo, induzir levantamentos mais detalhados para escolha de áreas. Lembrou que houve críticas quando do lançamento do edital do monitoramento da cobertura que envolvendo tantos atores não sairia ou levaria 10 anos para ser feito, e que, após muita participação e reunião, o trabalho foi finalizado dentro do prazo.

A representante do LEEC ressaltou que fotos aéreas também encarecem mapeamento e que após a metodologia testada deve ser usada nos próximos estudos, de Belmonte a Prado e de Prado a Mucuri, que não poderia haver mudança na metodologia, senão vão ser gerados mapas que não poderiam ser comparados. O representante da Fibria falou que é preciso ter uma visão mais holística do território e que no momento a prioridade da empresa é a restauração em 20.000 ha dentro de 10 a 12 anos, que a empresa vai fazer atualização da base cadastral e que terá um nível de detalhamento para saber onde plantar e quantos indivíduos por hectare, informando que essa atualização da base tem o custo de R\$ 1 mil/ha.

Já o representante da Suzano pontuou que o monitoramento da cobertura florestal nas áreas da empresa não está fora do radar, mas que é difícil ser em 2013 e não pode assumir para 2014. O secretário executivo finalizou o debate dizendo ser necessário para o FF integrar projetos e metodologias. E novamente perguntou se as empresas estão adquirindo imagens, se são complementares e quais os municípios que cobrem, sugerindo que estas informações sejam apresentadas na próxima reunião do GT Integração.

Informes e outros assuntos:

A representante da Natureza Bela levantou a questão da contaminação por algas marinhas no litoral do Extremo Sul, notadamente em Trancoso. Informou que foram realizadas reuniões em Trancoso com biólogos marinhos e Ministério da Saúde e que foi apontado que a possível causa seria a contaminação marinha vinda do excesso de agrotóxicos das plantações de eucalipto. Ressaltou que o assunto não evoluiu, apesar de ter sido feita a coleta de material para análise, pois a prefeitura de Porto Seguro não deu sua contrapartida para o aluguel da sala onde funcionaria o projeto. Indagou se o assunto já havia chegado ao FF, ao que o secretário executivo respondeu ser a primeira vez. Outro representante do Natureza Bela explicou as possíveis causas de intoxicação por algas, comum em municípios litorâneos no verão e relacionada com o aumento do número de pessoas nas localidades. Segundo ele, há uma saturação do sistema de esgotamento sanitário com o despejamento de esgoto não tratado no mar, levando a uma elevação na quantidade de nutrientes disponíveis, e o aumento na concentração de nutrientes permite o crescimento rápido e intenso de microalgas marinhas. Citou o convênio entre UESC, USP, UFRJ e UFPR, com a coleta de água e nutrientes para averiguação do problema, mas que a prefeitura de Porto Seguro (ou Cabralia) não entrou com a contrapartida que era a sala para laboratório. Por este motivo o projeto não foi para frente, mas está escrito e, se for preciso, é só reelaborar e oferecer a quem queira financiá-lo. O representante da ASCBENC falou que houve uma mortandade de caranguejos em Caraíva e muitos falaram ser culpa da Veracel, mas que nem tudo que acontece é culpa da Veracel e que os secretários municipais não dão sustentação aos processos de melhoria do ambiente, sendo necessário fazer estudos para tirar dúvidas.

Outro representante do Natureza Bela levantou nova questão na plenária: quando as condicionantes da Veracel na Costa do descobrimento irão valer também para a Fibria e Suzano? Frisou que é preciso avançar no FF para não ficar a vida toda ouvindo as empresas falarem que não têm recurso, afirmando que a Veracel, com inúmeros condicionantes, tem resultados econômicos positivos, o que permitiria que a Fibria e Suzano também tivessem, sob as mesmas condicionantes. O representante da Suzano ponderou que as empresas têm prioridades diferentes e que nem tudo que uma faz a outra tem que fazer.

O representante de Oliveira Costa reforçou que é necessário dar fim ao carvão criminoso e que um dos jeitos era empresa vender 1% do eucalipto para outras finalidades. O representante do Natureza Bela questionou o reflorestamento de 400 ha/ano divulgado pela Veracel, dizendo que no ano passado isso não aconteceu uma vez que não comprou muda dos viveiros da região na proporção que daria para reflorestar esta área.

Lembrando que o projeto de Carbono-REED são prioridades para a proposta de integração regional em consonância com a proposta da BRACELPA o secretário executivo informou à plenária que foi decidido no GT que a próxima reunião seria em Salvador, para envolver técnicos de secretarias do governo do estado, cujo tema seria a retirada de exóticas. Porém, o representante da Suzano informou que o assunto está próximo de ter uma resposta e que é melhor aguardar para dar próximo passo. Por sua vez, o representante da Fibria afirmou que o Instituto Hórus já fez este trabalho e que se deveria convidar um representante do instituto (Silvio) para apresentar o estudo na próxima reunião do GT.

O representante de Oliveira Costa lembrou a solicitação de um ponto de venda para o artesanato produzido pela Associação das Mulheres Artesãs de Ponto Central. O representante da Veracel afirmou que a empresa fará ingerência junto ao prefeito para abrir este espaço, que é bastante disputado. Sobre a solicitação da representante da Associação de Artesanato Pataxó de Coroa Vermelha de contratação de professores para curso de corte e costura, informou que no momento a empresa não pode contratar, mas que poderia colocar a associação em contato com outra associação de Barrolândia, que passou por capacitação em corte e costura e poderia atuar como multiplicador, com uma associação ajudando a outra. Para isso, iria levar a solicitação para Isabel, responsável pelo relacionamento com as comunidades.

O representante do Manguezal Meu Quintal convidou os membros do FF para participarem da 3ª Conferência Estadual de Meio Ambiente, que acontecerá em outubro, no Centro de Convenções de Salvador. Informou que serão custeadas despesas de dois delegados de cada território de identidade, no caso do Extremo Sul: Território do Descobrimento e da Costa das Baleias.

O representante da Veracel falou sobre o seminário “Gestão Integrada do Território – aprendizado e sinergia”, comemorativo dos 21 anos da Veracel, citando os palestrantes e as respectivas palestras. E que a empresa optou por fazer um evento divulgando para a comunidade o que a empresa realizou durante este período na região nas diversas searas em que atua.

O representante da Natureza Bela mencionou ser importante os membros do FF continuarem se orientando pela análise da matriz de prioridades proposta no GT, que acabou dando certo, e pode orientar bem o trabalho do futuros.



FÓRUM FLORESTAL
DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Sem outros assuntos em debate, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da 41ª reunião ordinária do Fórum Florestal baiano.